

JOANNA REGULSKA
Rutgers University¹

A nova «Outra» mulher europeia

47

Esta comunicação sustenta que o processo de construção da identidade da «Outra» mulher europeia é formado por dois discursos dominantes, ao mesmo tempo inter-relacionados e antagónicos: o discurso político-económico e o discurso cultural. O primeiro é moldado pela orientação ideológica dominante do Estado-providência europeu, o qual atravessa presentemente a sua própria crise de identidade e funciona sobretudo à escala nacional e internacional. Quanto ao segundo, exerce um maior poder ao nível local e pessoal na medida em que questiona e modela de forma mais directa a identidade de cada um, não obstante as práticas culturais

serem, sem dúvida alguma, afectadas pela comunicação de massas e pela globalização das mercadorias e do capital. A presente abordagem visa debruçar-se sobre o significado da integração e da desintegração europeia para a construção das identidades das mulheres na Europa Central e de Leste. Para tal, irá averiguar os diversos modos como os dois discursos — o político-económico e o cultural — estão a contribuir para este processo. A parte final procurará mostrar, através de uma selecção de exemplos, os modos como as mulheres de diferentes países estão a viver os processos de integração/exclusão e quais as respostas que lhes têm dado.

Sentada no café Bodega Kayser, tomo uma bica enquanto rabisco alguns pares de contrários. Direito — esquerdo; organizado — desorganizado; democracia — símbolos democráticos usados em substituição da democracia; civilizado — primitivo; legítimo — ilegítimo; consciência racional — consciência mítica; o encarar o futuro — uma preocupação necrófila com o passado; previsibilidade — imprevisibilidade; um sistema ordenado de critérios e valores — a ausência de sistema; consciência individual — consciência colectiva; cidadão — nacionalidade. Na coluna da esquerda escrevo, em cabeçalho, Europa Ocidental, e ao cimo da da direita escrevo Europa de Leste.

¹ A autora deseja agradecer a Darja Zavirsek, Biljana Kasic, Jasmina Lukic, Giedre Purvaneckiene e Mindy Roseman, pelos comentários, pelas sugestões e por toda a informação prestada.

E de repente vejo essa mesma Europa de Leste. Está sentada à minha mesa e olhamos uma para a outra como num espelho. No rosto vejo-lhe uma tez descuidada, a maquilhagem barata, uma expressão de condescendência e de desafio. Limpa os lábios com a mão, fala demasiado alto, gesticula, ergue as sobrancelhas. No olhar vejo-lhe um brilho que é ao mesmo tempo de desesperança e de astúcia, vejo a aterrorizada necessidade de deixar de ser uma cidadã de segunda classe e de passar a ser alguém. Minha irmã, minha triste Europa de Leste.

(Ugresic, 1994: 22-23)

Esta comunicação versa a construção da nova «Outra» mulher europeia. Por fora, ela pertence a um dos países da Europa Central ou de Leste, podendo ou não tornar-se, durante os anos mais próximos, membro da União Europeia. Independentemente desse seu estatuto, virá muito provavelmente a sofrer a influência das políticas económicas e sociais acordadas pelos membros da — ocidental — União Europeia. Ficará exposta aos grandes meios de comunicação, à cultura, à moda e aos bens do Ocidente, e será possivelmente por eles afectada. A sua própria identidade ver-se-á, assim, sujeita a mudanças. Pode ser que ganhe um novo emprego, mas também pode acontecer que perca outro ou que acabe a trabalhar em «part-time». Pode vir a reafirmar a sua identidade polaca, mas pode, também, decidir-se a lutar pelos seus direitos a uma livre escolha. Pode assumir a sua identidade como advogada/lésbica ou como mulher/mãe/professora.

Não obstante as possibilidades parecerem infindáveis, estas novas identidades não se produzem no vazio. Pelo contrário, estão profundamente entranhadas no contexto da integração da Europa e do seu alargamento. Fenómenos multifacetados como são, elas são construídas por instituições, estruturas, valores, atitudes, ideologias, bem como por fantasias, desejos e medos. Em cada um dos espaços nacionais estas forças intersektam-se mutuamente de forma única e muito própria, produzindo assim identidades em permanente mutação. A seu tempo estas forças hão-de não só criar uma Europa nova e parcialmente integrada, mas também —

o que não é menos significativo — produzir novas demarcações e exclusões.

Para o debate que aqui nos traz, o que se afigura mais relevante é o facto de, em todos estes processos, raramente se conferir a devida saliência ao papel desempenhado pela diferença sexual. Esta perspectiva é promovida não apenas pelos políticos e em geral pelos responsáveis pela definição das políticas, mas também por muitos académicos um pouco por toda a Europa. A insensibilidade ao factor sexo é, de facto, impressionante tanto na Europa Ocidental como na Europa de Leste, se bem que a este respeito uma e outra apresentem diferenças (Monk e Garcia-Ramon, 1996: 10)². Na União Europeia a dimensão diferença sexual tem sido definida de forma muito estreita, sendo predominantemente restringida ao papel das mulheres enquanto trabalhadoras, e ignorando por isso as várias dimensões da vida das mulheres, como sejam a sexualidade ou a etnia (Holland, 1993: 156; Kofman e Sales, 1996; Vaiou, 1996: 63). Na Europa Central e Oriental as mulheres parecem ter deixado de existir, sendo praticamente ignoradas no discurso oficial respeitante à integração.

Esta comunicação sustenta que o processo de construção da identidade da «Outra» mulher europeia é formado por dois discursos dominantes, ao mesmo tempo inter-relacionados e antagónicos: o discurso político-económico e o discurso cultural. O primeiro é moldado pela orientação ideológica dominante do Estado-providência europeu, o qual atravessa presentemente a sua própria crise de identidade e funciona sobretudo à escala nacional e internacional. Quanto ao segundo, exerce um maior poder ao nível local e pessoal na medida em que questiona e modela de forma mais directa a identidade de cada um, não obstante as práticas culturais serem, sem dúvida alguma, afectadas pela comunicação de massas e pela globalização das mercadorias e do capital. A presente abordagem visa debruçar-se sobre o significado da integração e da desintegração europeia para a construção das identidades das mulheres na Europa Central e de Leste. Para tal, irá averiguar os diversos modos como os dois discursos — o político-económico e o cultural — estão a contribuir para este processo. A parte final procurará mostrar, atra-

² Para uma abordagem alargada da bibliografia recente sobre a União Europeia, ver a excelente recensão de 1996 de Monk e Garcia-Ramon. Sobre a exclusão baseada no sexo, ver, por exemplo, Hurwitz e Lequesne (org.s), 1991; e Wallace (org.), 1990.

vés de uma selecção de exemplos, os modos como as mulheres de diferentes países estão a viver os processos de integração/exclusão e quais as respostas que lhes têm dado.

São múltiplas as perspectivas que se reflectem neste meu trabalho. Pelo facto de ter nascido e de ter passado uma boa parte dos meus anos de juventude num país que «está na fila a aguardar a integração», mas a maior parte da minha vida profissional num dos países que determina essa mesma fila, vivi de inúmeras maneiras a experiência da «alteridade» e tenho consciência de como estes encontros moldaram as minhas próprias ideias e atitudes relativamente à exclusão e à marginalização. Não é, portanto, por acaso que ao longo dos últimos anos tenho vindo a trabalhar — tanto no meio académico como no âmbito das Organizações Não Governamentais e em conjunto com responsáveis pela definição de políticas — com mulheres oriundas dos mais diversos países da Europa Central e de Leste, bem como da Europa Ocidental e de muitos outros países e regiões diferentes. Esta comunicação representa a resistência que eu própria oponho contra a exclusão forçada.

50

A construção da Outra

A imagem que se tem dado dos países da Europa Central e de Leste é a de países atrasados no que diz respeito a padrões sociais, poluidores do ambiente, deficientes ao nível da produção, ou de sociedades débeis no capítulo da educação (podendo esta lista prosseguir consoante o objectivo do estudo pretendido ou da tese que se defenda). Tais referências são muitas vezes situadas no contexto do legado socialista, que terá obstado à formação de uma Europa Central e de Leste mais civilizada. Assim, evita-se a deselegância de acusar os países em si de estarem «desfasados», lançando-se antes as culpas sobre o sistema. Estas comparações reflectem duas coisas: a construção de novas relações de poder entre o Ocidente e o Leste, em que é a elite dominante da Europa Ocidental quem determina as «normas» daquilo que para si constitui um padrão aceitável, e a forma como se invoca o discurso da diferença sistémica sempre que este se torna necessário para justificar a indisponibilidade ou impropriedade da CEE para acolher esses países entre as «democracias já estabelecidas». Na realidade, porém, o que se passa é que, uma vez que o sistema — «o culpado» — já passou à história, o veredicto está agora a ser lançado sobre aqueles que lhe sobrevieram, ou seja, os habitantes da região.

Este discurso do poder já foi usado pelos europeus no passado. Pode dizer-se que a integração da Europa e o seu alargamento apresenta semelhanças assinaláveis com o modo como os europeus empreenderam a construção do Outro, quer no que se refere ao Oriente, quer no que se refere à África (e.g. Duncan, 1993; Said, 1978). Nas suas reflexões a propósito do Oriente, Said assinala que este «foi orientalizado não só porque se descobriu que era 'oriental' sob todos os aspectos vistos como triviais pelo europeu médio do século XIX, mas também porque se mostrou passível de ser tornado Oriental, que o mesmo é dizer, de a tal ser obrigado» (Said, 1978: 5-6). Com efeito, é esta relação de poder — entre aquele que concebe ou desenha e «aquele que é desenhado» — que determinou e que continua a determinar a identidade do «Outro». Duncan chama a atenção para aquilo que designa por poder definidor, através do qual os europeus, no início do século XX, redefiniram toda a representação da África e dela se apropriaram (Duncan, 1993: 42). No entanto, este autor dá também a entender que o facto de ter sido essa a situação ocorrida no caso da África pode não ser relevante, uma vez que

O instrumento primacial neste processo de “colonização” é o discurso do Outro. Na Europa este tipo de discurso remonta à Grécia da Antiguidade Clássica. Muito embora o conteúdo específico deste discurso (quem era objecto de representação, por quem, e quais as qualidades imputadas) apresente variações ao longo dos milénios, tanto a forma como a finalidade geral do discurso foram-se mantendo sempre semelhantes. (Duncan, 1993: 43)

Assiste-se, na Europa de hoje, a um renovado desejo de apropriação do Outro com o objectivo de promover o poder próprio, num gesto que no entanto se revela altamente selectivo ao admitir apenas aqueles que considera normais/aceitáveis/semelhantes, em detrimento daquilo ou daqueles que são vistos como diferentes. O que a onda de mudanças em curso tem de novo é que, enquanto no passado a maioria das actividades de exclusão visavam indivíduos e grupos de origem não-europeia, o actual processo de integração visa excluir milhões de pessoas com raízes europeias profundas. Impossibilitada de continuar a demandar terras desconhecidas, a «velha» Europa viu-se na necessidade, para sobreviver, de se voltar para si própria e de mais uma vez se reinventar. Neste cenário, e em nome da integração europeia, são muitos os «Outros» a sacrificar. Os processos de inclu-

são e exclusão que actualmente atravessam toda a Europa estão a contribuir decisivamente para a construção da «outra» mulher europeia. O modo como as mulheres — quer as «de dentro», quer as «de fora» — vivem e enfrentam estas práticas de exclusão é algo que se reveste da maior importância para que possamos compreender as suas identidades, a sua acção e os seus actos no contexto presente.

Este processo de construção do Outro opera em múltiplos lugares e em diferentes escalas. Perante as discussões sobre a integração europeia actualmente travadas entre políticos, cientistas sociais, e responsáveis pela definição de políticas específicas, ficar-se-ia com a impressão de que o que mais importa é o estabelecimento de «um quadro estratégico para as políticas de coesão económica e social» (Holland, 1993: 1). A crença largamente difundida segundo a qual se chegará à coesão económica através de uma maior eficiência, de um melhor desempenho do mercado, da manutenção da estabilidade monetária ou do reforço da cooperação entre as esferas da administração e do trabalho, traduz-se, na prática, num regime financeiro mais apertado, na harmonização das políticas económicas e sociais de todos os Estados membros, e em cortes muito substanciais nas despesas ao nível do sector social. E apesar de a retórica actual defender que o resultado destas mudanças, ou seja os novos padrões redistributivos, não devem nunca perder de vista a necessidade de coesão espacial e social, a prática já começa a apontar para o surgimento de uma classe extremamente débil e para um aumento das desigualdades sexuais e étnicas (Holland, 1993; Kofman e Sales, 1996). Isto, que é aquilo a que chamo dominação político-económica, funciona ao nível das instituições políticas — nacionais ou internacionais — em que tem lugar, na sua maior parte, o discurso oficial.

Mas este argumento, que tem a ver com o bem-estar social, não atende a uma outra dimensão, habitualmente rotulada como «política identitária» ou «política cultural». Aqui as ênfases são diversas, conforme se atende às diferentes e complexas relações existentes entre os factores sexo, etnia, sexualidade e classe. A preponderância do estreito foco redistributivo, traduzida no predomínio do aspecto político-económico — por oposição ao discurso expresso pela política identitária — implica que as mulheres assumidamente lésbicas não-de continuar a ser oprimidas no local de trabalho, ou que as mulheres imigrantes não-de continuar a ser privadas de todo e qualquer poder mesmo quando procuram

justiça para os maus tratos de que são alvo por parte dos maridos ou quando o seu estatuto se altera e perdem o direito de residência após o divórcio. Neste contexto, o discurso da «política cultural» é usado no sentido de evitar que o «outro» ou «outra» reivindique para si benefícios de ordem social e económica. O que se passa, contudo, não é tanto o negar a uma dada pessoa os seus direitos económicos e sociais; o que se passa é que é quem vai passar a ser a «outra» indesejada é a mulher — uma mulher/lésbica/imigrante/mãe exterior à Europa Ocidental. Esta dominação cultural está presente nas estruturas e instituições do Estado, ou, mais exactamente, é legitimada através delas e por elas. De um modo geral, porém, funciona a um nível mais localizado, e concretamente na vida quotidiana, sempre que o indivíduo se defronta com o preconceito na rua, no emprego ou na escola.

O político-económico e o cultural travam entre si uma luta permanente pela supremacia, ao mesmo tempo que mutuamente interagem, rivalizam e se incentivam na produção de novas identidades. Deste modo, a «Outra» mulher europeia é, por um lado, criada pela aceitação, por parte de muitos dos habitantes da Europa Central e de Leste, de novos quadros político-económicos de tipo liberal, mas é também, por outro lado, resultante de forças culturais que rivalizam entre si e que vão surgindo à medida que os diversos países da região, com os respectivos cidadãos, se batem pela afirmação das suas novas identidades. Neste processo existem dois fenómenos com especial evidência: a quase total ausência de uma luta, por parte das mulheres da Europa Central e de Leste, contra a perda de benefícios sociais e económicos, e a sua vigorosa e sonora rejeição da chamada «colonização do Leste pelo Ocidente». A aceitação passiva de que dão mostras reflecte a adesão às forças do mercado providas do Ocidente e a toda a retórica liberal. Ao mesmo tempo, porém, pode ver-se como grupos de mulheres, quer feministas quer não-feministas, e tanto dentro da academia como fora dela, têm vindo a combater energicamente o feminismo ocidental e as interpretações e abordagens que o caracterizam, numa resistência que tem como alvo, em suma, a própria dominação cultural. Eu diria que esta luta, bem como as consequências que já começou a ter, representam um perigo para as mulheres, uma vez que a separação dos dois discursos — o político-económico e o cultural — lhes retira poder. Por outras palavras, restringe as suas experiências, excluindo toda a

diversidade construída pelos factores etnia, sexualidade e classe; limita-lhes o acesso aos recursos, reduzindo portanto as hipóteses de uma maior representatividade e de maior participação; e finalmente impede-as de afirmar as suas próprias identidades, pelas quais se têm vindo a bater tão esforçadamente.

Dominação político- -económica

O movimento conducente à integração económica e política da Europa continua a ser tema de discussões acesas entre académicos, políticos e responsáveis pela definição de políticas³. Mais recentemente esse movimento ocupou o centro das preocupações de certas organizações de activistas, cujos protestos atingiram as raías da agitação social violenta (vejam-se, por exemplo, as manifestações ocorridas em Junho de 1997 em Amsterdão). Tais protestos mostram bem como o processo de integração tem sido difícil e doloroso para todos os países envolvidos. Certas animosidades antigas entre países concretos voltaram a surgir, muitas vezes com redobrada força. As recentes divergências franco-aleãs em torno do compromisso estabelecido pelos dois países relativamente ao desenvolvimento social e económico, assim como o fascínio com a chamada Terceira Via holandesa, são apenas alguns exemplos dos conflitos em aberto. A integração europeia não é algo que se resuma a um pequeno ajustamento de velhas estruturas e instituições. Pelo contrário, ela implica, de facto, a abertura de novas áreas no capítulo da definição das políticas, à medida que a questão dos valores, das ideias e dos interesses vai sendo traduzida em termos de um enquadramento jurídico e das práticas que lhe são próprias. Numa altura em que começam a surgir respostas para estas questões, vai-se também tornando claro que, como afirmam Kofman e Sales, «actual agenda visando a integração europeia está a dar origem a tendências muito fortes no sentido de um aumento das desigualdades e da marginalização» (1996: 56). Todos estes aspectos são relevantes para a Europa Central e de Leste. Aonde ou a quem ir buscar os valores, padrões e práticas que hão-de conduzir o processo de inclusão — e, conse-

³ Seria impossível fornecer as inúmeras fontes que abordam as questões relacionadas com a coesão interna, da União Europeia, o seu alargamento e respectivas consequências. Entre elas incluem-se Garcia-Ramon e Monk (org.s), 1996; Holland, 1993; Hurwitz e Lequesne (org.), 1991; Michalski e Wallace, 1992; Wallace (org.), 1990.

quentemente, de exclusão? Onde ir colher os padrões jurídicos, sociais e económicos que hão-de servir de norma? Como irá a diversidade de experiências das mulheres ser vista em todo este processo?

O paradoxo da integração em curso é que, paralelamente aos esforços no sentido da unificação, se tem vindo a gerar uma multiplicidade de exclusões. Não obstante ter sido até certo ponto eliminada com a admissão de Portugal, da Espanha e da Grécia, a velha divisão entre Norte e Sul continua, de facto, a funcionar. As mulheres dos países do Sul tendem a receber menos atenção, e na verdade «são, desde logo, desfavorecidas devido ao próprio facto de viverem nas regiões menos desenvolvidas da U.E.» (Vaiou, 1996: 62). A utilização da experiência masculina como norma — embora com incidência variável de país para país — continua a verificar-se, recorrendo-se ainda ao modelo do provedor masculino como fundamento da retórica e das práticas da política social europeia (Kofman e Sales, 1996). Estas velhas divisões e exclusões foram acentuadas devido às mudanças de regime verificadas na antiga União Soviética e à desintegração do bloco socialista formado pela Europa Central e de Leste. A abertura de novas ligações entre a Europa Ocidental e Oriental e a crescente circulação não só de mercadorias, de capitais e de pessoas mas também de valores, comportamentos e atitudes, está a trazer alterações ao processo de construção de uma nova Europa.

Enquanto os países da Europa Ocidental lutam pela integração redefinindo o contexto político, económico e social em que vivem e onde conduzem as respectivas políticas, os países da antiga União Soviética estão a tentar firmar as suas novas identidades autónomas e ao mesmo tempo posicionar-se para se tornarem mais atraentes quando os portões se abrirem. Estes novos processos de construção identitária ocorreram em todos os planos. No plano político, redigiram-se novas constituições um pouco por toda a Europa Central e de Leste e quebrou-se o monopólio do poder do Estado. A desregulamentação, a privatização e a comercialização vieram alterar decisiva e permanentemente as relações entre o Estado e o mercado, e o terreiro da política social continua a estar sujeito a redefinições à medida que os diversos Estados procuram posicionar-se ideologicamente e optar entre um Estado minimalista e liberal e uma variedade de alternativas de tipo mais proteccionista. Por fim, assistiu-se ao surgimento ou ressurgimento de certos valores, normas e preconceitos

culturais, muitas vezes reforçados pelas atitudes das elites dominantes. Embora em muitos casos as direcções assumidas por estas reformas possam ter sido, à partida, semelhantes, a verdade é que as diferentes histórias e tradições culturais, bem como as circunstâncias e as especificidades locais da própria transição, tiveram como resultado a criação de identidades nacionais diversificadas.

Sobre este processo de preparação para a adesão à Nova Europa é necessário acrescentar, todavia, que só a um pequeno número muito restrito será permitido atravessar aquela barreira divisória. Nem todos os países irão conseguir o estatuto dos que estão na «fila de espera». Muitos ficarão de fora desta união alargada, abandonados a si próprios na resolução das suas lutas políticas e sociais internas. Assim, enquanto a Polónia, a Hungria, a República Checa e Chipre acaalentam esperanças, e a Estónia e a Eslovénia se perfilam como candidatos incertos, a maior parte dos países do Sul — tais como a Bulgária, a Roménia, a Albânia e a Croácia — continua à margem de todos os preparativos, sejam eles formais ou informais. Com efeito, o surgimento de uma nova polaridade Norte-Sul no interior da Europa Central e de Leste representa um degrau mais de desintegração e de exclusão no âmbito de todo este clima gerado pelo processo de integração.

Neste contexto de dominação político-económica, os processos que levam à exclusão das mulheres operam em diferentes escalas. Em primeiro lugar, e como mostram as novas práticas do mercado, as mulheres são excluídas à escala nacional e local nos seus próprios países, se bem que, mais uma vez, o grau em que este processo ocorre varie de país para país e de região para região. Se no passado as mulheres de muitos dos países desta parte do continente conheciam a desigualdade a coberto de uma lei igualitária, o certo é que hoje em dia já nem a lei se preocupa em lhes garantir essa igualdade. O resultado é que as mulheres deixam de receber ofertas de trabalho, são despedidas com a maior das facilidades quando engravidam, são objecto de assédio ou auferem um salário muito mais baixo que o dos homens. A discriminação no emprego, o assédio sexual, a violência doméstica, as práticas de saúde impróprias para mulheres, a legislação contra a liberdade de optar, e ainda as decisões judiciais desfavoráveis em questões de família, são apenas alguns indicadores da marginalização e exclusão sistemática que, continuando embora a ocorrer com uma incidência vari-

ável de país para país, acabaram por eclodir de uma maneira mais ou menos uniforme por toda esta região.

Este processo não se restringe às estruturas e às instituições nacionais. O surgimento de um mercado livre que através da desregulamentação, da privatização e da comercialização deu origem a novas economias locais, fez aumentar também as lutas individuais das mulheres. A discriminação sexual e o assédio — já praticados sob o regime socialista, alegadamente neutro quanto à questão da diferença sexual — vêm reforçar a desigualdade sexual neste período de transição, marcado por uma profusão de publicidade preconceituosa e por políticas de recrutamento e de reciclagem que mais não fazem do que cavar ainda mais o fosso e o desajustamento entre as capacidades das mulheres e as oportunidades de emprego. Na Polónia, por exemplo, desde 1992 que o desemprego das mulheres tem vindo a aumentar, mantendo-se mais elevado do que no caso dos homens (52,2% em 1991, 58,3% em 1996). E isso apesar do facto de as mulheres possuírem um nível de instrução superior. Contudo, a nova legislação especial visando a diminuição do desemprego pecou por não atribuir às mulheres o estatuto de grupo prioritário (BSE, 1997: 19-26). Muito embora estas práticas se encontrem actualmente generalizadas a todos os sectores e oportunidades de emprego, o que se afigura verdadeiramente digno de nota é o facto de elas partirem muitas vezes de empresas ocidentais. A inexistência, na Polónia, de leis anti-discriminatórias confere às empresas ocidentais ali instaladas a oportunidade de ostentarem estas práticas tendenciosas, frequentemente proibidas nos respectivos países de origem.

O aumento a que recentemente se tem assistido no número de mulheres empregadas em regime de tempo parcial na Europa Central e de Leste, embora revele algumas semelhanças com o que se verifica na Europa Ocidental, constitui provavelmente, a um nível mais profundo, um indicador das implicações da adopção da nova filosofia liberal e de mercado. Sob a retórica socialista da igualdade, a maior parte dos países da região garantiam o emprego a tempo inteiro, a que acrescia ainda, na maioria das profissões, um extenso pacote de regalias sociais e de apoio à maternidade. Mas os novos modos flexíveis de acumulação trouxeram consigo a concorrência, a flexibilidade e um desinteresse generalizado no que respeita à protecção dos grupos mais vulneráveis. Consequentemente, aquilo a que assistimos é a um reposicionamento do Estado por toda esta região (Regulska,

1997). Ao mesmo tempo que alarga a sua protecção aos sectores que no passado se achavam à margem da lei (como sejam a propriedade e a iniciativa privadas), o Estado está hoje a abandonar as mulheres, os idosos e outros grupos sociais que antes eram protegidos. As mudanças que estão a dar-se na Europa Central e de Leste não são casos isolados nem estão a acontecer por acaso. Com efeito, elas vão a par das políticas neo-liberais da Europa Ocidental (Kofman e Sales, 1996).

O aumento da privatização e da desregulamentação tem facilitado o aparecimento de práticas laborais «flexíveis». Estas práticas, por sua vez, têm vindo a empurrar as mulheres para empregos menos estáveis, mais mal remunerados, e frequentemente menos compensadores em matéria de regalias sociais. Além disso, e uma vez que a oferta de serviços sociais por parte do Estado tem vindo a diminuir de uma maneira drástica, as responsabilidades das mulheres no que se refere aos cuidados de assistência (Kofman e Sales, 1996) às famílias, aos filhos, aos mais velhos e aos doentes acabaram por se transformar num emprego a tempo inteiro. O que isso muitas vezes significa é que as mulheres aceitam empregos a tempo parcial para poderem conciliar as suas novas responsabilidades — responsabilidades não remuneradas — com a participação remunerada no mercado de trabalho. Para a Europa Central e de Leste isto constitui sem dúvida uma mudança profunda relativamente ao passado, dominado pelas convenções político-sociais da ideologia socialista no que dizia respeito ao pleno emprego. Acresce que, não obstante por cá as práticas variarem muito de país para país, como de resto Kofman já referiu, o emprego a tempo parcial na Europa Ocidental confere, em alguns casos, benefícios sociais plenos (como sucede, por exemplo, na Dinamarca e em França). No Leste, pelo contrário, as pessoas empregadas a tempo parcial acham-se quase totalmente desprovidas de protecção no que respeita a regalias económicas e sociais. É em casos como os que acima se referem que as forças globais do mercado vêm ao encontro das práticas, políticas e padrões locais, produzindo da parte das mulheres novas identidades que são frequentemente marginalizadas e excluídas da esfera pública e da esfera económica.

O segundo exemplo aponta para as práticas de exclusão e para o modo como funcionam à escala internacional. Do mesmo passo que passou a preocupar-se cada vez mais

com o possível afluxo de «Outros» provenientes dessa região, a Europa Ocidental começou a retratar esses «outros» como um afluxo indesejado e inquietante, capaz de poluir as sociedades instaladas a ocidente. A crescente atenção que se tem verificado da parte da Europa Ocidental relativamente ao tráfico de mulheres nos países da Europa Central e de Leste pode bem ser um exemplo do que tem sido a construção do «Outro». Apesar de não restarem dúvidas de que este fenómeno é agora mais frequente do que no passado e de que é mais reconhecida a sua existência, o que interessa para esta discussão não é tanto a existência do fenómeno em si, mas mais os processos através dos quais ele adquiriu visibilidade e se transformou em instrumento de exclusão. A Europa Ocidental sempre se preocupou e continua a preocupar com o afluxo de imigrantes, admitindo hoje abertamente que, para além do problema das novas relações, uma das questões que se colocam é precisamente a da «migração em massa, proveniente quer da Europa Central e de Leste, quer da [antiga] União Soviética, em caso de cenário de desastre (de colapso económico)» (Holland, 1993: 6). Neste contexto, pode entender-se que a intensificação das discussões acerca do tráfico de mulheres é uma maneira de travar eficazmente a vinda de mulheres de Leste para o Ocidente. Ao promover-se o desenvolvimento de agendas de investigação, ao construir-se novas políticas e ao lançar-se debates nos grandes meios de comunicação social, inventa-se uma imagem de uma Europa de Leste «de tez descuidada, de maquilhagem barata (...) aterrorizada (...) triste» (Ugresic, 1994: 23). Uma identidade assim, está bem de ver, não é bem-vinda a Ocidente.

O que não está claro é qual a agenda que irá beneficiar com os resultados das actividades destinadas a eliminar o tráfico de mulheres. Será que estes novos debates têm a ver com o apoio às vítimas ou com a higiene na Europa Ocidental? E será que se vai pôr cobro ao abuso sexual das mulheres, ou será que este apenas vai passar a ser menos visível e, por isso mesmo, mais difícil de extirpar? Como se considera muitas vezes que as mulheres oriundas da Polónia, da Rússia, da Ucrânia e da Albânia são possuidoras de um baixo nível de «cultura pessoal», elas acabam por surgir, de facto, como agentes perigosos, capazes de fazer alastrar um grande número de doenças. De acordo com esta retórica, a única maneira de travar a doença é fechar as fronteiras. É óbvio que não se trata de acabar com a indústria do sexo,

uma vez que a oferta continua a funcionar em muitos países da Europa Ocidental. Também não se trata exactamente de conferir poder às mulheres. É frequente as mulheres serem retratadas como seres necessitados de auxílio e protecção, por quem se fazem coisas ou a quem se presta serviços que elas próprias estão isentas de fazer ou desempenhar. Mas essa não é senão mais uma maneira de explorar as mulheres, desta feita por parte dos políticos, dos responsáveis pela definição de políticas e dos meios de comunicação, que assim se apropriam da sua luta e as despojam dos resquícios de poder a que ainda se tentam agarrar para sobreviver. Assim, embora teoricamente se preste muita atenção às mulheres, o que está em causa não é a mulher ser, nem uma vítima passiva, nem um agente activo. O problema do tráfico de mulheres tem a ver com a economia liberal e de mercado; tem a ver com o corpo da mulher e com o seu uso enquanto mercadoria, que ao ser colonizado é construído como «Outro»; tem a ver com a produção de conhecimento e com as consequências do uso que dele se faz, como o novo pensamento neo-liberal torna manifesto ao colocar o corpo no mercado.

Dominação cultural

Nestes últimos anos foram várias as vozes individuais e os debates surgidos a propósito da «colonização das Ciências Sociais pelo Ocidente» e especialmente da «importação do feminismo ocidental» (e.g. *Replika*, 1996, Jung, 1994). As vozes de apoio, tal como as vozes críticas, partiram de representantes dos grupos mais díspares e por isso mesmo tinham agendas diversas, o que não deixa de ser normal atendendo a que pertenciam a académicas, activistas, a feministas ou a antifeministas (ver, por exemplo, Gal, 1996; Funk, 1993; Nicolaescu, 1996; Busheikin 1996; Skvorecky, 1992; Siklova, 1996; e Toth, 1993). No entanto, apesar de muitas vezes apresentarem profundas diferenças, no seu conjunto todas elas contribuíram significativamente para a construção das novas identidades das mulheres. Nesses debates salientaram-se duas grandes linhas de argumentação.

O primeiro grupo sustenta que na Europa Central e de Leste não terá havido, em verdade, um grande interesse pelas chamadas questões das mulheres e que o pouco interesse que houve «foi surgindo lentamente e com muitas hesitações, as mais das vezes apenas em resposta aos desafios das feministas do Ocidente» (Havelkova, 1993: 89). De facto, não existe «a percepção de que haja qualquer problema ful-

cral e sério a afectar as mulheres» (1993: 89). E embora, segundo Havelkova, as feministas ocidentais sublinhem a posição de subordinação em que as mulheres se encontram, a verdade é que «as autoras checas se sentem obrigadas a insistir no facto de, na sua perspectiva, não ser correcto interpretar este fenómeno em termos de 'pensamento patriarcal', de 'conservadorismo das mulheres' e de 'discriminação'. Tais análises não vão ao fundo da questão, ou pelo menos revelam-se demasiado fortes» (1993: 90). Mas uma leitura mais aprofundada faz emergir um outro argumento. Como refere ainda Havelkova, esta rejeição resulta, em parte, da deficiente compreensão da teoria feminista ocidental, mas — o que é mais importante — trata-se de uma rejeição da «separação dos problemas das mulheres dos problemas da cidadania em geral» (1993: 89). A argumentação corrente reza assim: durante o socialismo, em teoria as mulheres eram iguais aos homens, tinham empregos, gozavam de regalias sociais e económicas e nunca eram discriminadas. O que daí se conclui é que se deve rejeitar o feminismo ocidental, uma vez que não é capaz de entender as experiências das mulheres do Leste.

Outras autoras também acusam a visão que as feministas ocidentais têm sobre o Leste de ser completamente errada, de desconhecer as experiências por que passaram as mulheres da Europa Oriental, e de «distorcerem a realidade devido a um sentimento de piedade» ou «se admirarem de como as mulheres conseguiram sequer sobreviver» (Toth, 1993: 213). Neste ponto a lógica é que as experiências, as culturas e as ideologias do Leste e do Ocidente diferem tanto que pouco têm em comum. Se por um lado é talvez verdade que «a maioria das mulheres da República Checa ou da Morávia desconhece o alcance do conceito de patriarcado, e que se com ele confrontada no âmbito de discussões com as feministas do Ocidente acha tratar-se de uma construção destas» (Siklova, 1996: 92), é igualmente provável, por outro lado, que, apesar de o termo patriarcado não haver sido nunca mencionado, estas mesmas mulheres da República Checa ou da Morávia tenham experimentado na pele a subordinação, a discriminação e a marginalização, tanto na esfera pública como na privada. Deste modo, a tese da não-existência de questões específicas das mulheres foi transposta para a ideologia da diferença entre o Leste e o Ocidente. Ao reivindicarem um território de diferença, estas autoras conseguiram uma coisa: demarcaram as fronteiras que separam as

experiências das mulheres ocidentais e do Leste, começando assim a inventar uma identidade feminina que, do seu ponto de vista, reflectia as experiências das mulheres num determinado país (por exemplo a Checoslováquia ou a Hungria). A rejeição do pensamento Ocidental tem, por isso, um importante efeito capacitador. Não obstante negar-se a existência de problemas comuns a todas as mulheres, assistiu-se simultaneamente à revelação de uma nova identidade. O que continua por saber é a quem pertencem essas novas identidades entretanto produzidas. Será que se trata efectivamente de identidades de mulheres, ou tratar-se-á, antes, de identidades construídas pelas autoras e que por isso não reflectem senão os desejos e as intenções destas, e não propriamente os dos seus sujeitos?

A posição essencialista destas autoras acabou por reproduzir uma vez mais a identidade socialista da «mulher do Leste». A construção das «mulheres do Leste» constitui uma categoria de mulheres definida de maneira muito redutora, além de que de facto rejeita aquilo que foram várias experiências de mulheres durante o regime socialista. Da perspectiva destas autoras, esta identidade tem muito pouco em comum com as outras mulheres que não são do Leste. Não existem, na realidade, mulheres do Leste e mulheres do Ocidente. Não obstante as mulheres de cada um dos grupos poderem ter muitas experiências comuns, também diferem no que respeita à classe social, à etnia, à orientação sexual, às práticas quotidianas e ainda às respectivas crenças, desejos e atitudes. Mas negar que as mulheres têm experiências comuns é perigoso, especialmente no caso da Europa Central e do Leste, uma vez que, ao privarmos as mulheres de uma identidade colectiva, estamos a dar mais força à ideologia liberal do indivíduo e também, teoricamente, à capacidade ilimitada que ele/ela tem de reivindicar os seus direitos. Isto, por sua vez, retira ainda mais poder às mulheres, uma vez que não se consegue alcançar a justiça política enquanto não houver acesso aos recursos sociais e económicos. Estas construções e explicações generalizantes são arriscadas, não só por negarem às mulheres uma voz própria, diminuindo-lhes consequentemente o poder, mas também — como ficou demonstrado pela divisão da Checoslováquia ou pela dissolução da antiga Jugoslávia — porque estas representações são extremamente frágeis. Será que a identidade das mulheres da Checoslováquia era a identidade das mulheres checas ou das eslovacas — ou nenhuma das duas?

A segunda abordagem assume uma posição diferente. Apesar de dar conta da chegada do pensamento e das práticas ocidentais, também reconhece o impacto positivo que teve o encontro com essas novas ideias e põe, por isso, em dúvida que se possa falar de colonização (Nicolaescu, 1996: 103). Com efeito, Nicolaescu defende que a abertura das fronteiras aos meios de comunicação social, às teorias feministas e à cultura ocidentais teve um «efeito capacitador (...) sobre as autoras e estudiosas romenas, ajudando-as nos seus esforços no sentido de explicar as mudanças ocorridas nas construções tradicionais da feminilidade» (1996: 103). Bollobas fez-se eco de sentimentos semelhantes ao declarar: «Acho que o Ocidente pode mesmo ter ajudado a levar a cabo 'psicoterapias nacionais', de tal modo que tudo aquilo que precisava de ser desenterrado irá acabar mesmo por ser trazido à superfície» (1996: 1).

É óbvio que o mero reconhecimento da presença do Ocidente não implica, necessariamente, a negação da identidade de cada um. Pelo contrário, ele é encarado como uma força — entre muitas outras — capaz de produzir novas representações. Num tal contexto, a utilização do Ocidente é mais de tipo instrumental do que colonizador. Como diz Fuszara, a questão que se coloca na Polónia é a de preservar os direitos que as mulheres adquiriram no anterior regime, pois a autora teme que «as mulheres possam vir a perder tudo aquilo de que têm usufruído até aqui, tendo agora de enfrentar novas lutas num período de discriminação aberta». Ainda de acordo com Fuszara, se tal se vier, de facto, a verificar, o Ocidente poderá prestar uma ajuda importante ao manter uma atenção e uma «questionação permanente (...) sobre as medidas tomadas na Polónia no sentido de proteger a igualdade: isso, só por si, poderá mostrar às autoridades polacas a forma séria como este problema é tratado em outros países» (Fuszara, 1994: 86). A preocupação desta autora não é, de modo algum, que as ideias ocidentais causem dano à identidade das mulheres, já que reconhece e tem em devida conta as experiências «polacas» do modelo de família tradicional e da igreja católica. E reconhecê-lo também não implica quaisquer juízos de valor. Há mulheres na Polónia que aceitam as relações patriarcais, que se afirmam católicas e que, no entanto, exigem o direito à escolha. As suas identidades são complexas e reflectem os conflitos entre diferentes ideologias que ao longo dos séculos foram modelando costumes, normas e práticas. Estas mulheres, tal como tantas

outras que rejeitaram a dominação masculina, as leis da religião e a falta de visibilidade das mulheres na esfera pública, confrontam-se mutuamente no dia-a-dia, na sua luta constante pela conquista de poder e de uma identidade.

As duas abordagens acima descritas invocam discursos de poder no modo como se relacionam com o «Ocidente», e há que dar a esse facto o devido reconhecimento. Como nos recorda Said, «não é possível entender ou estudar seriamente as ideias, as culturas e as histórias sem a força ou, mais precisamente, sem as suas configurações de poder» (Said, 1978). Este discurso de poder emerge das mais diferentes formas. A título de exemplo, atentemos na retórica da exportação/importação, bem evidente nos exemplos atrás referidos. O perigo deste tipo de pensamento está em que estas construções implicam que as mulheres da Europa Central e de Leste são desprovidas de poder, negando-se e ignorando-se portanto as suas experiências e o saber por elas acumulado. Além disso, neste contexto o «Leste» é tomado como sendo passivo e parasitário do saber alheio, em vez de produzir activamente um saber próprio. Torna-se óbvio que isto contradiz as intenções daqueles que rejeitam o pensamento ocidental, porquanto o seu objectivo é exactamente o oposto, ou seja, produzir a nova identidade a partir do reconhecimento da diferença. O discurso da exportação/importação nega a acção das mulheres e aceita uma construção discursiva das mulheres que, como afirma Butler, é frágil e incompleta (Butler, 1992).

O discurso de poder surge também quando as mulheres da Europa Central e de Leste recebem de instituições ocidentais subsídios que as obrigam a levar a efeito, nos respectivo países, trabalhos de investigação ou projectos específicos. Surge quando as mulheres da Europa Central e de Leste são convidadas a participar em projectos de investigação internacionais ou quando se lhes pede que prestem informações sobre o estatuto social e a posição relativa das mulheres nos seus países. Não proponho que se rejeite a ideia de cooperação, contudo creio que esta deve assumir a forma de uma parceria que assente na igualdade de estatuto. Sabemos, porém, que muitas vezes a comunidade internacional de patrocinadores (como por exemplo a Phare) não permite que as mulheres da Europa Central e de Leste se candidatem a subsídios, cabendo esse privilégio apenas às mulheres da Europa Ocidental ou — no caso dos subsídios atribuídos pelos E.U.A. — às americanas. Ao mesmo tempo, as mulhe-

res do Ocidente só conseguem acesso a estes subsídios se trabalharem em conjunto com mulheres do Leste. Em teoria, a ideia subjacente a estes mecanismos é criar parcerias entre o Ocidente e o Leste. Na prática, a concorrência existente no meio universitário e a luta pelos financiamentos resultam em que, no que se refere à Europa Central e de Leste, as agendas de investigação sobre as mulheres são muitas vezes definidas no «Ocidente», sendo a participação das mulheres de «Leste» solicitada apenas à última da hora.

Estas agendas «de assistência» giram frequentemente em torno da estabilidade das novas identidades recentemente surgidas. O discurso das entidades financiadoras internacionais retrata as mulheres da Europa Central e de Leste como alguém que está a ser privado de regalias económicas e sociais. Estas novas identidades — argumenta-se —, porque ainda instáveis, necessitam de assistência. Em verdade é isso que realmente acontece em muitos casos, mas neste contexto específico a questão de facto não tem tanto a ver com as identidades em si, mas antes com as relações de poder. Podemos atribuir-vos subsídios, podemos ajudar-vos a conceber programas, podemos mostrar-vos qual a melhor maneira — quer dizer, a *nossa* maneira... — de fazer as coisas. O facto de, muitas vezes, no decurso deste processo de assistência, a «ajudante» ficar para si com os empregos e autolegitimar-se, encontra justificação na ideia de que será esta a única maneira de o «Leste» poder receber «ajuda» da Europa Ocidental. A semelhança com a construção do Oriente é espantosa. Como escreve Smejkalova, as feministas do Ocidente «conseguiram realizar viagens fascinantes às partes mais exóticas e ignotas da Europa e publicar livros acerca das “Mulheres de Leste”, numa altura em que a concorrência neste campo era praticamente nula» (Smejkalova, 1996: 99; ver também Jung, 1994). É portanto preciso que todas as mulheres, tanto a Leste como a Oeste, se consciencializem do poder que molda estas relações e tenham igualmente presente que ele é usado, tanto por elas como por outros, na construção de novas identidades.

65

Esta comunicação procurou centrar-se na complexidade do processo através do qual se está a construir a nova identidade da «Outra» mulher europeia. Situou o processo no contexto da integração e do alargamento europeus e defendeu que a construção das novas identidades está a ser modelada

**Em vez de
conclusões**

por dois discursos de poder — o político-económico e o cultural. Além disso, ambos os discursos são ainda influenciados pelas lutas internas e externas, que por sua vez funcionam a diversas escalas (local, nacional, global, e ainda — no caso da Europa Ocidental — cada vez mais a nível regional).

O que nesta comunicação não foi ainda abordado foram as iniciativas que se opõem e que resistem efectivamente à construção da «Outra». Nem todas elas questionam directamente os processos de integração, no entanto fazem-no, de facto, a partir do momento em que criam ligações alternativas através do estabelecimento de novas colaborações e de novas alianças. Algumas limitam-se a apontar para a necessidade de uma parceria estreita com os vizinhos do outro lado da fronteira (veja-se o caso da Rede que associa a região nórdico-báltica ao Noroeste da Rússia), outras formam-se com o intuito de sublinhar aquilo que consideram ser as suas identidades comuns (como sucede com a Associação de Mulheres da Região do Mediterrâneo). Independentemente dos objectivos a que explicitamente se propõem, tais iniciativas questionam a ordem imposta pelo poder de umas tantas nações. Mas mais ainda, elas colocam em dúvida que as histórias, as culturas, as economias ou, já agora, as experiências da elite possam arvorar-se no superior poder de determinar os padrões por que se regem todos os demais.

Passo a referir dois casos particulares que são bem exemplo deste tipo de iniciativas. O primeiro é o caso da cooperação entre os países nórdicos, os países do Báltico e o Noroeste da Rússia⁴. Assim, e por exemplo, o Instituto Nórdico para os Estudos das Mulheres e a Investigação sobre a Diferença Sexual tem como objectivo facilitar a comunicação directa e proporcionar novas possibilidades de colaboração e intercâmbio entre investigadores, professores e estudantes de ambos os sexos (*News from Nikk*, 1997). Em Março de 1996, um congresso das Mulheres do Mar Báltico realizado em Lübeck iniciava os seus trabalhos com a seguinte mensagem: «A região do Báltico está a adquirir uma importância crescente. (...) As mulheres não podem ser impedidas de participar nesse desenvolvimento.» Um outro congresso internacional, realizado em Agosto de 1997 e subordinado ao

⁴ Esta parte da comunicação baseia-se em informação e em conversas proporcionadas por duas estudiosas e activistas que integram estas actividades regionais: Giedre Purvaneckiene, de Vilna, na Lituânia, e Biljana Kasic, croata de Zagreb.

tema «Mulheres e Homens em Diálogo: Congresso Báltico-Nórdico», reuniu com o desígnio expresso de «aproximar mulheres e homens, organizações governamentais e não-governamentais, políticos, estudiosos, jornalistas, jovens e todos os demais interessados, para discutir os problemas com que mulheres e homens se debatem numa sociedade em desenvolvimento» (*Women's World*, 1997). Estas são apenas algumas das novas actividades em curso na região do Báltico e que vêm reunindo países ligados entre si pela contiguidade com o mar. Apesar de os países em causa não haverem declarado abertamente que o seu desejo de trabalhar em conjunto resulta das novas divisões que se aproximam em consequência do alargamento da Europa (e alguns irão encontrar-se em campos opostos após a integração europeia), torna-se no entanto claro que não deixam de reconhecer a vantagem de promover iniciativas que visem os seus interesses comuns.

O segundo caso vem-nos do Mediterrâneo, onde em Maio de 1997, na cidade de Bari, mulheres de dezassete países da região — incluindo, entre outros, a Argélia, a Tunísia, o Egipto, a França, a Macedónia, o Kosovo, a Croácia, a Albânia, Israel e a Itália — se juntaram pela sexta vez para unir forças. A declaração de abertura do congresso dizia: «O que move esta reunião (...) enquanto projecto político (...) é o desejo de atravessar fronteiras e de ver, um pouco por toda a parte, quais as leituras possíveis do mundo — e das formas de sociedade, de Estado, e de política — que nós, mulheres, temos em comum. O mar Mediterrâneo é um espaço de guerras e conflitos» (AWMR, 1997a). O que aí as mulheres fizeram foi, na verdade, reunir-se para falar da guerra, de conflitos, e das experiências das mulheres nos diversos países mediterrânicos, debruçando-se sobre as estratégias a usar para alcançar a paz na região.

Mas as participantes nesse encontro manifestaram também uma consciência dolorosa de como a região começava então a dividir-se. «Aqui, alguns povos mediterrânicos fecham a porta a outros, aos que são pobres; fecham-lhes as fronteiras por quererem ir para a Europa, e essa Europa é a do Norte» (AWMR, 1997a). As mulheres falaram, em suma, do que é ser «estrangeira», ser de fora e ser de dentro, ser migrante e ser refugiada. Debateram o que significa ser a «Outra» e a forma de encontrar uma plataforma comum com mulheres de culturas diferentes. Como afirmar, apresentar e aceitar as nossas múltiplas identidades e as identidades múl-

tipas das Outras? A sessão subordinada à temática «No Olhar da Outra: Estereótipos da Mulher Estrangeira» foi dedicada à análise da construção destas imagens: «Do que se trata é de tentar falar de nós próprias, de nos olharmos, de sermos julgadas/vistas como uma subjectividade singular que entra em contacto (...) [com] uma cultura que reclama para si uma posição de liderança em relação às outras» (AWMR, 1997a). A Associação de Mulheres da Região do Mediterrâneo considera que o seu papel consiste em «unir as mulheres de todos os países adjacentes ao lindo mar que simultaneamente os divide e une» (AWMR, 1997b).

Estas iniciativas diferem entre si a vários títulos. Primeiro que tudo elas diferem em termos do seu grau de oposição explícita às divisões em curso na Europa, destacando-se as actividades da região mediterrânica por serem, a este respeito, bastante mais abertas do que as dos países nórdicos. Em segundo lugar, muitas das actividades promovidas nos países do Norte da Europa são desencadeadas e patrocinadas pelos respectivos governos, facto que lhes confere um carácter mais institucional. Em terceiro lugar, diferem na filosofia que as enforma no que concerne à diferença sexual. Enquanto às iniciativas nórdicas subjaz muito claramente a ideia de que estas colaborações são para integrar ambos os sexos, a iniciativa mediterrânica resultou manifestamente das experiências das mulheres e está a ser levada a cabo pelas mulheres desta região. Independentemente destas diferenças, estes são alguns exemplos da rejeição da ordem que hoje em dia é, muitas vezes, imposta à «Outra». Por toda a Europa existem muitos outros e variados exemplos de mulheres a trabalhar em conjunto apesar das barreiras e fronteiras concebidas para as conter e separar. Estas formas de resistência criadas pelas mulheres a nível tanto interno como externo precisam de ganhar maior reconhecimento e aceitação por toda a Europa: não apenas por parte das próprias mulheres, mas também das elites políticas e dos organismos de tomada de decisões internacionais. É, além disso, necessário que estas lutas ganhem visibilidade, para que possam vir a ser parte daquilo a que Duncan chamou poder definidor. Caso contrário, deixá-las de fora será reconhecer que o processo de demarcação do que é Leste/Oeste/Norte/Sul é apatório só de uns tantos. ■

Referências Bibliográficas

- | | | |
|---|-------|---|
| Association of Women of the Mediterranean Region (AWMR) | 1997a | VI Conference of Women from the Mediterranean Region, Conference Program, Bari. |
| Association of Women of the Mediterranean Region (AWMR) | 1997b | <i>Newsletter</i> . |
| Bollobas, Eniko | 1996 | «How to Go on Living as an Eastern European (Woman)?, Or Can We Deal with the Past and Face the Future?», Budapest (inédito). |
| BSE | 1997 | «Informacja o sytuacji Kobiet w Polsce» (Informação sobre a situação das mulheres na Polónia), Varsóvia, Biuro Studiów i Ekspertyz Kancelarii Sejmu (Gabinete de Investigação, Gabinete Executivo de Sejm). |
| Busheikin, Laura | 1996 | «Is Sisterhood Really Global: Western Feminism in Eastern Europe», in Tanya Renne (org.), <i>Ana's Land: Sisterhood in Eastern Europe</i> . Boulder, Colorado: Westview Press, 12-21. |
| Butler, Judith | 1992 | «Contingent Foundations: Feminism and the Question of 'Postmodernism'», in Judith Butler e Joan Scott (org.s), <i>Feminists Theorize the Political</i> . Nova Iorque e Londres: Routledge, 3-21. |
| Duncan, James | 1993 | «Sites of Representation: Place, Time and the Discourse of the Other», in James Duncan e David Ley (org.s), <i>Place/Culture/Representation</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge, 39-56. |
| Funk, Nanette | 1993 | <i>Gender Politics and Post-Communism: Reflections from Eastern Europe and the Former Soviet Union</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge. |
| Fuszara, Matganata | 1994 | «Market Economy and Consumer Rights: The Impact on Women's Everyday Lives and Employment», <i>Economic and Industrial Democracy</i> 15, 75-87. |
| Gal, Susan | 1996 | «Feminism and Civil Society», <i>Replika</i> , Special Issue, 75-82. |
| Garcia-Ramon, Maria Dolores; | 1996 | <i>Women of the European Union: The Politics of Work and Daily Life</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge. |
| Monk, Janice (org.s) | | |
| Havelkova, Hanna | 1993 | «"Patriarchy" in Czech Society», <i>Hypatia</i> 8: 4, 89-96. |
| Holland, Stuart | 1993 | «Gender Dimension», <i>The European Imperative: Economic and Social Cohesion</i> . Nottingham: Bertrand Russell House, 156-65. |
| Hurwitz, Leon; | 1991 | <i>The State of the European Community: Policies, Institutions and Debates in the Transition Years</i> . Essex, Reino Unido: Longman. |
| Lequesne, Christian (org.s) | | |

- | | | |
|---|------|--|
| Jung, Nova | 1994 | «Eastern European Women with Western Eyes», in Gabriele Griffin <i>et al.</i> (org.s), <i>Stirring It: Challenges for Feminism</i> . Londres: Taylor and Francis, 195-210. |
| Kofman, Eleonore;
Sales, Rosemary | 1996 | «The Geography of Gender and Welfare in Europe», in Maria Dolores Garcia-Ramon e Janice Monk (org.s), <i>Women of the European Union: The Politics of Work and Daily Life</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge, 31-60. |
| Michalski, Anna;
Wallace, Helen | 1992 | <i>The European Community: The Challenge of Enlargement</i> . Londres: Royal Institute of International Affairs. |
| Monk, Janice;
Garcia-Ramon,
Maria Dolores | 1996 | «Placing Women of the European Union», in Maria Dolores Garcia-Ramon e Janice Monk (org.s), <i>Women of the European Union: The Politics of Work e Daily Life</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge, 1-30. |
| <i>News from Nikk</i> | 1997 | «The Gender Equality Conferences in the Balticum 1997», Women and Men in Dialogue. Valmiera, Letónia, (Agosto). |
| Nicolaescu, Madalina | 1996 | «Utopian Desires and Western Representations of Femininity», <i>Replika</i> , Special Issue, 103-110. |
| Regulska, Joanna | 1997 | «The Political' and Its Meaning for Women: Transitional Politics in Poland», in J. Pickles e A. Smith (org.s), <i>Theorizing Transition: The Political Economy of Change in Central and Eastern Europe</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge. |
| <i>Replika</i> | 1996 | «Partnership or Colonization», Special Issue. |
| Said, Edward | 1978 | «Introduction», <i>Orientalism</i> . Nova Iorque: Random House, 1-27. |
| Siklova, J. | 1996 | «Different Region, Different Women: Why Feminism Isn't Successful in the Czech Republic», <i>Replika</i> , Special Issue, 91-96. |
| Skvorecky, J. | 1992 | «Can There Be Sex Without Rape?», <i>Prague Post</i> 17 (Nov 25-Dec 1), (Traduzido da revista cultural checa <i>Respekt</i>). |
| Smejkalova, J. | 1996 | «On the Road: Smuggling Feminism |

- | | | |
|-------------------------|------|--|
| | | Across the Post-Iron Curtain», <i>Replika</i> , Special Issue, 97-102. |
| Toth, O. | 1993 | «No Envy, No Pity», in Nanette Funk (org.), <i>Gender Politics and Post-Communism: Reflections from Eastern Europe and the Former Soviet Union</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge, 213-223. |
| Ugresic, D. | 1994 | <i>Have a Nice Day</i> . Londres: Jonathan Cape. |
| Vaiou, Dina | 1996 | «Women's Work and Everyday Life in Southern Europe in the Context of European Integration», in Maria Dolores Garcia-Ramon e Janice Monk (org.s), <i>Women of the European Union: The Politics of Work and Daily Life</i> . Londres e Nova Iorque: Routledge, 74-110. |
| Wallace, William (org.) | 1992 | <i>The Dynamics of European Integration</i> . Londres e Nova Iorque: Pinter Publishers. |
| <i>Women's World</i> | 1997 | Newsletter of the Lithuanian Women's Issues Information Centre, «Baltic-Nordic Conference» 4 (Março). |